

Os Usos do Livro Didático no Currículo Praticado na Alfabetização

The Textbook Uses in the Curriculum Practiced in the Literacy

Benedito Gonçalves Eugênio^{a*}; Marisonia Freire Correia^b

^aUniversidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Relações Étnicas e Contemporaneidade. Vitória da Conquista, BA.

^bRede Municipal de Vitória da Conquista, BA.

*E-mail: beneditoeugenio@bol.com.br

Resumo

O livro didático é um dos principais materiais utilizados pelos professores na escola, tornando-se, muitas vezes, definidor do currículo. Mesmo com a importância a ele atribuída na cultura da escola, questões referentes ao livro didático ainda são pouco tratadas nas disciplinas dos currículos de formação de professores. Este artigo apresenta os resultados de uma investigação cujo objetivo foi discutir os usos do livro didático nas classes de alfabetização. Para a coleta dos dados, entrevistamos e observamos as aulas de três professoras alfabetizadoras em escolas de Vitória da Conquista-Ba. As análises destacam o papel e a importância que os livros didáticos assumem no cotidiano do trabalho das docentes pesquisadas.

Palavras-chave: Livro Didático. Alfabetização. Sala de Aula.

Abstract

The textbook is one of the main materials used by teachers in the school, and several times it defines the curriculum. Even with the importance ascribed to it in school culture, issues related to the textbook are still poorly treated in the curriculum subjects of teacher training. This article presents the results of an investigation whose purpose was to discuss the use of textbook in literacy classes. To collect the data, we interviewed and observed classes of three literacy teachers in schools in Vitória da Conquista, Bahia. The analysis highlight the role and the importance that textbooks play in daily work of the teachers surveyed.

Keywords: Textbook. Literacy. Classroom.

1 Introdução

No decorrer da história educacional brasileira, o livro didático - LD foi aos poucos ganhando espaço e força nos contextos escolares, acabando por ser um dos principais definidores da cultura escolar e dos conteúdos a serem trabalhados nos currículos das escolas¹. Por isso, é de suma importância fazer o exame de como esse material é utilizado no cotidiano escolar e sua influência na definição do currículo.

Diversos estudos realizados no Brasil, a exemplo de Silva (2011), Freitas (2009), Bittencourt (1997), Almeida (2013), entre outros, têm pontuado a importância de pesquisas sobre o livro didático como artefato cultural que orienta a prática pedagógica dos docentes de boa parte das escolas brasileiras e contribui para a disseminação de imagens e representações negativas dos negros e das mulheres, além de apresentarem erros conceituais.

Se observarmos as pesquisas realizadas no campo da educação, verificamos que as investigações acerca do livro didático abordaram, no decorrer do tempo, diferentes temáticas, tal como aponta Munakata (2012). Nas décadas de 1970 e

1980 o tema da ideologia no livro didático preponderava; a partir dos anos 1990, outros temas foram incorporados, contando, para isso, com o aporte da história do currículo e das disciplinas escolares, assim como estudos históricos sobre o livro e as práticas de leitura. Assim, estudos efetivados a partir da segunda metade dos anos 1980 começaram a pontuar para a importância de analisarmos questões referentes às relações raciais, gênero, sexualidade, práticas culturais, entre outros elementos presentes nos livros didáticos.

Outra contribuição importante para o estudo dos livros didáticos foram pesquisas que se valem da perspectiva teórica dos estudos culturais², conforme verificamos nos trabalhos de Costa (2009), Wortmann, Costa e Silveira (2015) e Andrade e Costa (2015). Os estudos culturais nos possibilitam entender o currículo escolar “como um campo em que estão em jogo múltiplos elementos, implicados em relações de poder, compondo um terreno privilegiado de política cultural” e as escolas e seus currículos “como territórios de produção, circulação e consolidação de significados, como espaços privilegiados de concretização da política de identidade”

1 Para análise acerca da história e da política do livro didático no Brasil, Silva (2012).

2 Para uma visão aprofundada acerca dos estudos culturais na educação: Revista Textura (<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/issue/view/126>). Revista Educação PUCRS. (<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/issue/view/926>).

(COSTA, 1999, p.38).

Com base na contribuição das teorias críticas de currículo, sabemos que o processo de seleção do que se ensina nas escolas não é inocente, desinteressado ou neutro. Ao se definirem os conteúdos, define-se também uma identidade aos seus destinatários. Autores como Batista (2004) e Lopes (2005) trazem contribuições importantes para entendermos como currículo e livro didático se inter-relacionam. No momento em que o Estado estabelece critérios para a produção/seleção dos livros didáticos, a intervenção estatal se faz “não apenas no campo editorial e de controle de sua produção, mas, por meio delas, de intervenção no currículo e de seu controle” (BATISTA, 2004, p.17).

Ainda de acordo com Batista (2004), por meio da política de avaliação dos livros didáticos, o Estado procura exercer o controle do currículo. Isso se efetiva por três instrumentos principais: 1) os critérios que sustentam o processo de avaliação, incidindo diretamente em duas dimensões principais do currículo: o processo de seleção dos conteúdos e a transposição didática; 2) o corpo de especialistas dotado de um capital de autoridade, que não apenas ampara tecnicamente a avaliação, mas a legitima; 3) o Guia Nacional do Livro Didático.

Lopes (2005, p.73) aponta que:

O livro didático é um texto curricular cuja autoria é sujeita a uma ambiguidade tensa, na medida em que envolve profundos interesses econômicos, mas também em virtude das relações culturais complexas e conflituosas assumidas pelo autor com as instâncias de influência do texto curricular.

Ainda de acordo com a mesma autora, os trabalhos recentes sobre o LD tendem a analisá-lo como expressão do currículo escrito e buscam identificar problemas conceituais, pedagógicos ou relativos às questões culturais. Assim, por meio dos elementos pontuados pelos autores acima citados, verificamos a importância de investigações que procurem compreender diferentes facetas desse artefato.

Neste texto, apresentamos os resultados de uma pesquisa realizada no ano de 2014 sobre currículo e práticas pedagógicas de professoras alfabetizadoras. Duas perguntas orientaram a realização da pesquisa: De que forma o currículo do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-Campus de Vitória da Conquista prepara seus discentes para o trabalho com e em classes de alfabetização? Quais os usos que os discentes graduados pelo curso e que atuam como professores em classes de alfabetização fazem do livro didático?

2 Material e Métodos

A pesquisa social é uma “prática de sujeitos situados em lugares, estruturas e processos sócio-históricos e como uma atividade dotada de sentidos, intensões e interesses” (TEIXEIRA, 2003, p.81). Para efetivar a discussão sobre os usos do livro didático nas classes de alfabetização, efetuamos uma pesquisa qualitativa, aqui entendida na perspectiva de

Minayo (2007) como pesquisa que trabalha com o universo de significados, crenças, motivos, atitudes e valores de determinados sujeitos sociais.

Assim, os sujeitos da pesquisa foram três docentes que trabalham em classes de alfabetização em escolas públicas e/ou privadas do município de Vitória da Conquista-Ba. Com elas, realizamos entrevistas semi-estruturadas a fim de identificarmos como utilizam os livros didáticos em suas práticas pedagógicas. As entrevistas foram realizadas nas escolas em que as professoras trabalham, após o período de aulas.

Além das entrevistas, analisamos também o Projeto do curso de Pedagogia-Campus de Vitória da Conquista, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, a fim de verificarmos qual a concepção de docente e o que diz a respeito das disciplinas voltadas à alfabetização no processo de formação dos futuros professores.

3 Resultados e Discussão

3.1 Políticas e usos do livro didático no Brasil

O livro didático é um dos instrumentos utilizados, no sistema capitalista, para o controle sobre partes importantes do currículo e, por consequência, do que se ensina, como nos chamou atenção Apple (1995). Não podemos nos esquecer de que o livro didático é uma mercadoria, um produto a ser consumido, estando nele presentes ideologias, concepções de mundo/sociedade/sujeito/conhecimento, pois envolve uma complexa rede: a editora, o autor, o governo, o professor, o aluno.

No Brasil, é o Estado que regula as políticas para o livro didático, como podemos verificar no Decreto nº 91.542/1985 que regulamenta o Programa Nacional do Livro Didático (BRASIL, 1985). Ao fazer isso, define-se também o currículo a ser ensinado nas escolas de educação básica. O livro didático constitui-se um dos principais elementos da cultura escolar. Para Silva (2012, p.806), devido às situações as mais adversas, “além de consagrado em nossa cultura escolar, o livro didático tem assumido a primazia entre os recursos didáticos utilizados na grande maioria das salas de aula do ensino básico”.

Segundo Freitag (1993), do ponto de vista do uso, são três usuários ou consumidores do livro didático: 1) o Estado; 2) o professor e 3) o aluno. O Estado compra os livros das editoras, sendo um consumidor intermediário. Os professores escolhem o material e o utilizam como instrumento de trabalho em suas aulas. E, por fim, o aluno, que considera o livro indispensável para seu aprendizado.

No que diz respeito ao uso do livro pelo professor, muitos são os que encaram esse material como a própria aula. Assim, o docente a planeja quase que exclusivamente com base nas atividades e conteúdos apresentados nesse manual, fazendo do livro o único suporte utilizado no dia-a-dia de sua classe.

Para alguns docentes, o livro é apenas um auxiliador nas atividades cotidianas, não sendo visto como o único recurso

na prática pedagógica. Há ainda aqueles poucos docentes que consideram o LD como um obstáculo no processo de ensino-aprendizagem, sob a justificativa de este manual oferecer um conhecimento simplificado, fragmentado, pronto, acabado e sem questionamentos.

Quanto aos alunos que fazem uso do livro didático, em sua maioria eles acreditam que esse manual escolar é um referencial, pois contém “os assuntos que caem na prova”. São poucos os alunos que veem o LD como um material desnecessário. O aluno estuda os conteúdos propostos nos livros para as avaliações, para cumprir os exercícios solicitados pelos docentes, mas raramente recorre a ele de forma espontânea para fazer uma leitura, para aprender sobre uma determinada área de conhecimento. Além disso, os alunos são expostos a livros pouco estimuladores. O que deveria ser um veículo com o mais nobre processo de escolarização e alfabetização, no geral, são livros que deixam de lado os alunos com suas devidas necessidades e particularidades. Na verdade, são materiais que consideram que todos os alunos são iguais e aprendem do mesmo modo e no mesmo tempo. Por isso, temos a urgência de realizar investigações que busquem evidenciar a relação do estudante com o LD.

Muitas vezes os LD são utilizados por professores sem hábito de leitura e escrita. Aos professores é preciso ter o cuidado com os modos de utilização desses manuais, afinal, como afirma Lajolo (1996, p.8-9),

[...] o pior livro pode ficar bom na sala de um bom professor e o melhor livro desanda na sala de um mau professor. Pois o melhor livro, repita-se mais uma vez, é ‘apenas’ um livro, instrumento auxiliar da aprendizagem.

Nenhum livro didático, por melhor que seja, pode ser utilizado sem adaptações. Como todo e qualquer livro, o didático também propicia diferentes leituras para diferentes leitores, e é em função da liderança que tem na utilização coletiva do livro didático que o professor precisa preparar com cuidado os modos de utilização dele, isto é, as atividades escolares através das quais um livro didático vai se fazer presente no curso em que foi adotado.

Em sala de aula, o livro pode ser um elemento provocador da criticidade pelos alunos; no entanto, cabe aos docentes fazer uso crítico desse manual. Para isso, faz-se necessário saber detectar, nos textos e ilustrações, os erros, as ideologias, os valores e preconceitos, para que se possa propor um trabalho que supere as limitações do livro didático. Para tanto, é fundamental que o docente tenha acesso a discussões acerca do LD em seu currículo de formação na universidade, principalmente no que tange a erros conceituais e presença de textos/imagens que induzam os discentes a práticas racistas, sexistas, homofóbicas.

Estudos sobre o LD são assim importantes porque ele funciona como regulador do currículo e do processo ensino/aprendizagem, orientador da interação entre professores e alunos, além de apresentar, como pontou Morais (2002), textos com mensagem sociológica a ser discutida e apreendida por discentes e docentes.

3.2 O livro didático no contexto escolar

Uma educação considerada de qualidade é aquela que trabalha em prol da emancipação humana. Dessa forma, a educação escolar não pode se resumir à mera transmissão de informações neutras e inquestionáveis. O livro didático é encarado, em sua maioria, como um saber inquestionável, pois é concebido como um veículo de verdades absolutas, corretas e definidas. Com isso, o professor se limita ao papel de simples transmissor do saber estabelecido e materializado nos manuais. Segundo Freitag (1993, p.108), “o livro didático não serve aos professores como simples fio condutor de seus trabalhos, mas passa a assumir o caráter de ‘critério de verdade’ e ‘última palavra’ sobre o assunto”.

O ensino no Brasil, de maneira geral, baseia-se no livro didático. É ele que estabelece o roteiro de trabalhos para o ano letivo, dosa as atividades de cada professor e ocupa os alunos por horas por meio dos conteúdos prescritos e da feitura dos exercícios. Pesquisas mais recentes têm pontuado também a necessidade de abordarmos questões referentes às relações étnico-raciais (ALMEIDA, 2013; SILVA, 2011), educação indígena (MONTEIRO, 2014), relações de gênero (OLIVEIRA, 2011; DEBONA; RIBEIRO, 2014).

As condições de trabalho e a situação docente podem ser elementos que contribuem para explicar o porquê da utilização do livro didático como artefato que define o currículo no cotidiano da escola. Diante dessa problemática, surgem várias críticas direcionadas a esse material; por isso a importância de estudos críticos, bem como da discussão acerca dos livros didáticos nos cursos de formação de professores.

A análise crítica do livro didático por parte do professor só é possível se ele tiver domínio teórico-conceitual dos conteúdos a ensinar, principalmente dos conhecimentos já sistematizados pela humanidade. Possibilitar ao discente esse acesso ao saber em uma perspectiva de totalidade é condição imprescindível para sua sobrevivência na sociedade atual, caracterizada cada vez mais por uma relação utilitarista com o conhecimento.

As questões referentes ao livro didático ainda são pouco tratadas nas disciplinas dos currículos de formação de professores. Isso resulta na formação de vários profissionais despreparados para analisar e avaliar os manuais utilizados em classe.

No que tange à alfabetização, pesquisas realizadas por Pinton (2013), Bisognin (2010), Teixeira (2009) e André (2011) têm mostrado a importância de se investigar os usos que se faz do livro didático nessa etapa da escolarização. No próximo item deste artigo passamos a apresentar o uso que as professoras investigadas fazem do livro didático em suas classes.

3.3 As professoras e os usos do livro didático nas classes de alfabetização

Neste tópico do texto apresentamos as três docentes investigadas e suas concepções acerca do uso do livro didático na alfabetização.

Marcela, de 29 anos de idade, atua como docente há sete anos e trabalha na “Escola A”. Essa instituição é da rede privada de ensino, ficando a cargo da direção e/ou coordenação escolar a escolha do manual a ser utilizado em classe. O livro adotado pela “Escola A” é o *Porta de Papel*, sendo utilizado há mais de quatro anos.

Eliane, de 30 anos de idade, está na profissão de educadora há oito anos e trabalha na “Escola B”, que é da rede pública de ensino. Nela faz-se uso do manual *Porta Aberta – alfabetização* porque, de acordo com Eliane, “é o material que está disponível na escola”. Não sabe, porém, qual foi o critério utilizado pela instituição para a escolha desse manual. Nessa situação, observamos que embora o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD considere “a importância da participação do professor no processo de escolha dos livros, em função do conhecimento da realidade do aluno e da escola”, na realidade da escola nem sempre isso acontece.

Por fim, a professora Camila, de 43 anos de idade, atua há nove na profissão e leciona na “Escola C” da rede pública. Camila trabalha com o livro *Porta Aberta – 1º ano*. A escolha por esse livro didático, segundo justificativa apresentada pela direção escolar, se deu devido às constantes falhas na máquina de fotocópia da instituição, fazendo com que fosse adotado o manual pela primeira vez, no ano de 2009.

A gente começou a usar o livro didático no ano passado. Antes a gente usava só atividades xerocadas, porque são atividades elaboradas pelos próprios professores que fazem atividades direcionadas para a realidade de sua sala. Mas a máquina de Xerox estava quebrando muito. Aí o professor que fazia seu planejamento em cima daquela atividade xerocada, acabava tendo que ‘se virar’ em sala de aula com outro recurso. Aí a gente fez uma reunião e decidiu adotar o livro didático o ano passado. Aí, eu com os próprios professores, fazemos a escolha do manual a ser trabalhado o ano todo (Diretora da Escola ‘C’).

Apesar da escolha dos manuais a serem utilizados em classe ter sido feita pelos professores junto à direção, o livro didático “não é bem-vindo na escola”. Isso porque, segundo justificativa apresentada pela professora alfabetizadora Camila, o *Porta Aberta – 1º ano* não é um livro considerado 100% bom, mas foi o melhor dentre as opções oferecidas à escola”.

Com o passar dos anos e com as constantes mudanças da sociedade, são exigidas mais e mais avaliações dos livros

didáticos, a fim de melhorar a qualidade desses manuais. Diante disso, muitos autores de livros vêm procurando corrigir erros conceituais situações discriminatórias presentes nesse material. Porém, ainda existem muitas limitações visíveis nesses materiais didáticos, principalmente no que tange às questões referentes às relações étnico-raciais e de gênero, conforme pontua Moreno (2003).

As análises e avaliações dos LD são realizadas pelo Ministério da Educação, por meio do PNLD, a cada três anos. Após cada avaliação, são publicadas resenhas críticas dos livros analisados por intermédio dos “Guias de Livros Didáticos” que têm por objetivo auxiliar o processo de escolha pelos docentes.

Com essas avaliações, o objetivo, segundo o FNDE, é a melhoria da qualidade dos livros enviados às escolas. Essa “qualidade dos conteúdos do livro didático informações e atitudes precisa ser levada em conta nos processos de escolha e adoção do mesmo” (LAJOLO, 1996, p.6).

De acordo com Furtado e Ogawa (2012, p.7), “o governo, a partir de um discurso democrático, propõe aos profissionais da educação escolherem o livro a partir do guia, porém ressalta que esta escolha já está pré-determinada”.

No momento da seleção dos LD, ou qualquer outro material didático, é importante que os professores e a direção/ coordenação considerem as coerências e os objetivos quanto às intenções educativas propostas, optando por materiais adequados às características de seus alunos e ao projeto político-pedagógico da escola. Essa é inclusive uma indicação do próprio PNLD. Além disso, é preciso observar a finalidade, o tipo de cidadão que pretende formar, a concepção de educação, para que os docentes, em sua atuação, se posicionem em relação ao material.

O PNLD efetua, acima de tudo, uma seleção da cultura a ser ensinada nas escolas, atraindo o interesse das mais diversas editoras, muitas delas especialistas na produção de livros didáticos, principalmente por conta da lucratividade proporcionada. Segundo informações do FNDE, no que se refere à produção/distribuição de LD para o ano de 2013, os dados foram os seguintes:

- Investimento: R\$ 751.725.168,04
- Alunos atendidos: 24.304.067
- Escolas beneficiadas:
 - Anos iniciais: 47.056
 - Anos finais: 50.343
- Livros distribuídos: 91.785.372

No caso do PNLD EJA Ensino Fundamental, os dados são os apresentados a seguir:

Quadro 1: Dados do PNLD EJA 2013: aquisição e distribuição

Programa	Quantidades			Valores	
	Livros	Entidades	Alunos	Aquisição	Distribuição
PNLD EJA 2013	4.692.543	27.008	1.487.953	52.416.461,11	9.696.992,76

Fonte: FNDE.

Já para o PNLD Campo, destinado à aquisição de obras destinadas aos discentes do 1º ao 5º ano das escolas rurais, temos os seguintes dados:

Quadro 2:Dados do PNLD Educação do campo (anos iniciais): aquisição e distribuição

Programa	Quantidades			Valores	
	Livros	Escolas	Alunos	Aquisição	Distribuição
PNLD Campo 2013	4.550.603	63.791	2.136.841	26.333.691,26	11.658.868,65

Fonte: FNDE.

Analisando os valores pagos às editoras em documento publicado no site do FNDE, é possível concluir que o PNLD é um programa altamente rentável às editoras. Algumas delas, inclusive, são especialistas na produção de livros didáticos, como é o caso da FTD, Scipione, Texto Editores Ltda. Só para termos a dimensão desses valores, a Scipione, com o

livro *A Escola é Nossa Alfabetização Matemática 2º Ano EF*, vendeu ao Programa Governamental 173.565 exemplares, a um custo unitário de R\$ 7,06, o que lhe propiciou um total de R\$ 1.225.368,90 (FNDE, 2013).

Quanto ao PNLD Alfabetização na Idade Certa, destinado aos 1º, 2º e 3º anos do EF, os dados são os apresentados abaixo:

Quadro 3:Dados do PNLD Alfabetização: aquisição e distribuição

Programa	Quantidades				Valores	
	Livros	Acervos	Escolas	Alunos	Aquisição	Distribuição e Mixagem
PNLD Alfabetização da Idade Certa 2013	10.729.575	427.115	109.466	8.081.595	38.251.650,18	8.415.363,04

Fonte: FNDE.

Quanto ao montante de recursos destinados à aquisição dos livros de Alfabetização nesse ano, a Editora FTD, por exemplo, com o livro *Alice no País das Maravilhas* (143.061 exemplares) alcançou um montante de R\$ 1.012.871,88, destacando-se como a editora que obteve o maior valor com a venda de uma única obra ao PNLD dentre todas as editoras que também tiveram suas obras destinadas à alfabetização aprovadas. Importa salientar que todas as editoras venderam ao MEC a mesma quantidade de livros, isto é, 143.061.

Segundo Silva (2012, p.810), 60% do faturamento de toda a indústria livresca no Brasil deve-se ao PNLD, o que demonstra a importância do negócio do LD em nosso país. “Além disso, por ser um negócio promissor, tem-se registrado nos últimos anos a oligopolização do setor, bem como a entrada de grandes grupos estrangeiros no campo editorial brasileiro”.

3.4 Concepções e usos do livro didático na sala de aula

Conforme apontamos acima, todas as docentes investigadas são graduadas em Pedagogia pela UESB e formadas quando da vigência do primeiro currículo desse curso (1998-2011). Analisando o projeto pedagógico do curso, verificamos que essas professoras, em sua formação acadêmica, tiveram apenas uma disciplina que abordou conceitos e conteúdos referentes ao processo de alfabetização. A disciplina foi Metodologia da Alfabetização, com carga horária de 60 horas e a seguinte ementa:

Tendências metodológicas do ensino de alfabetização. O processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem em diferentes contextos: socioeconômicos e culturais e seus reflexos em situações de educação formal. Ensino da lecto-escrita. Produção de textos espontâneos. Aquisição da

lecto-escrita. Estágio e relação som/letra. Planejamento e sistematização de proposta de ensino.

Observamos que não há nenhuma discussão, na ementa, acerca do livro didático. O foco da formação é a teoria psicogenética da alfabetização. Segundo as professoras alfabetizadoras, “a disciplina ficou muito na teoria, ficando a desejar em relação à prática”. Há aqui, por parte das docentes, o entendimento que teoria é uma coisa e prática, outra. Quando foi perguntado às alfabetizadoras se ao terminar o curso de Pedagogia elas se sentiram preparadas para alfabetizar, todas responderam que não, justamente pela falta do elo da teoria com a prática. Suas respostas podem ser conferidas abaixo:

Não. Porque achei tudo muito teórico. Na disciplina de Metodologia da Alfabetização, por exemplo, ficamos muito presos à teoria de alguns métodos e no final não colocamos em prática. Analisamos dados e mais dados do IDEB de escolas, lemos sobre muitos métodos, como já tinha dito, e não colocamos nada em prática nas classes de alfabetização. Não. As teorias te ajudam a tomar decisões, porém por mais que você se prepare teoricamente, a realidade em sala de aula sempre te surpreende, já que cada aluno é único e o que funciona para um pode não funcionar para outro. Não, porque só tivemos uma disciplina que tratasse das questões da alfabetização, que foi a disciplina Metodologia da Alfabetização, e foi muita teoria e pouca prática.

Transparece na fala das entrevistadas que apenas uma disciplina direcionada ao estudo da alfabetização no curso de Pedagogia é insuficiente para formar professores para atuarem nas classes dos anos iniciais de escolarização. Além disso, é importante mais envolvimento com a prática em sala de aula. Toda teoria oferecida nas escolas de formação “só é importante na medida em que é transposta didaticamente no contexto da prática escolar e reconstruída de acordo com

as necessidades que vão surgindo no percurso do trabalho do professor” (SILVA; MAGALHÃES, 2011, p.1367).

Não são citadas pelas docentes discussões envolvendo o livro didático durante sua formação na universidade. Apesar de ser um material bastante familiar e de fácil identificação, o LD é difícil de ser definido. Pode-se dizer que se trata de um material que assume diferentes funções, dependendo do contexto em que foi empregado. É, na verdade, um objeto de “múltiplas facetas”. Para a pesquisa cujos dados são aqui apresentados, analisamos LDs empregados por três docentes alfabetizadoras. Os livros analisados adotados pelas professoras investigadas são:

Quadro 4: Livros adotados pelas docentes investigadas

Livro adotado	Professora alfabetizadora	Escola
Porta de Papel	Marcela	A
Porta Aberta – alfabetização	Eliane	B
Porta Aberta – 1º ano	Camila	C

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo informações da Editora FTD (2013, p.5), no material de divulgação do livro *Porta Aberta* para o PNLD 2013, os três volumes iniciais do livro são voltados para a aquisição do sistema de escrita e do letramento. A Editora apresenta ainda os pontos fortes da coleção, enfatizando que “as atividades permitem ao aluno descobrir o sistema de escrita, refletir sobre ele e construir os conhecimentos necessários para ler e escrever”.

Já quanto ao *Porta de Papel*, a Editora assim o define: “Este livro apresenta uma moderna e atraente técnica de linguagem visual unindo foto e desenho. O método utilizado de alfabetização é o silábico. Desde o início da alfabetização o aluno entra em contato com pequenos textos de leitura sobre o tema geral que entremeia toda a obra. Os sons nasalados são apresentados ao aluno junto aos encontros vocálicos e com a família silábica”.

Não há nenhuma consideração das docentes acerca da relação entre a teoria pedagógica adotada pela escola em que trabalham e o LD selecionado para ser utilizado na sala de aula. No caso de Camila, o LD é encarado como um material auxiliador nas atividades cotidianas, não sendo visto como o único recurso na prática pedagógica.

O livro didático é um dos recursos pedagógicos que nos serve como um apoio, um suporte. Porém, não podemos torná-lo o único caminho a ser seguido, pois cada sala de aula possui suas características particulares. Ele não pode ser visto como um modelo ideal, pronto e acabado. Os conhecimentos que eles trazem não conseguem dar conta da complexa realidade da sala de aula. Por isso, quando há necessidade, devem ser mudadas e experimentadas outras formas de construir o conhecimento do aluno. (Camila)

O não entendimento como um modelo ideal, pronto e acabado, deixa claro que Camila não encara o conteúdo do livro didático como totalmente verdadeiro e de interesse geral,

mas sim como artefato cultural.

Além disso, quando afirma que “os conhecimentos que eles [os livros didáticos] trazem não conseguem dar conta da complexa realidade da sala de aula”, a professora tem claro o sentido que a maioria dos manuais de aprendizagem não dá conta da vivência e do cotidiano dos alunos, principalmente no que se refere aos alunos da escola pública, seja em relação ao conteúdo veiculado, seja no que diz respeito à metodologia utilizada, bem como as diversidades presentes na sala de aula. Conforme D’Ávila (2008, p.107), “o professor deve estar consciente de que o manual escolar que escolher esteja concatenado com as necessidades de sua turma, em consonância com seu nível cognitivo e linguístico, considerando-o um instrumento de apoio, dentre outros, no processo educativo escolar”.

Quanto às professoras Marcela e Eliane, estas apontam outra finalidade para os LD, a saber:

O livro didático para mim é um material de aprendizagem dos alunos. É um material que serve de auxílio, também, para nós professores [...]. É isso: um material para a aprendizagem das crianças. (Marcela)

O livro didático é útil na resolução de exercícios, bem como na seleção dos conteúdos a serem trabalhados em cada série. (Eliane)

Para essas alfabetizadoras, o livro didático assume um papel importante no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que é útil na resolução de atividades, na administração e sequência dos conteúdos. No caso da professora Eliane, o LD funciona como o definidor do currículo. Segundo Bittencourt (1997), o livro didático, nesta perspectiva, não é visto apenas como um objeto que apresenta o conteúdo das disciplinas, mas também aquele que apresenta a maneira como esse conteúdo deve ser ensinado. É, na verdade, um produtor de técnicas de aprendizagem: exercícios, questionários, sugestões de trabalhos e outras tarefas que ajudem os alunos na apreensão dos conteúdos.

Conforme aponta Cavéquia (2011), os livros didáticos nos anos iniciais são utilizados de diferentes formas pelos professores. Todas as professoras entrevistadas fazem uso do livro didático em classe, porque:

Faz parte das normas da escola, né? E como se trata de uma escola particular a gente não tem muito que opinar, querer, ou deixar de querer. Quem manda é a patroa, se ela fala para usar [...] a gente usa. (Marcela)

Esse material me auxilia bastante quando da resolução de exercícios com os alunos. (Eliane)

Ele é usado como um dos suportes didáticos que podemos utilizar em classe. Além disso, ele pode trazer algumas propostas de atividades que serão interessantes para a turma. (Camila)

Observamos que os motivos para o uso do livro didático variam de docente para docente. No primeiro caso, o livro é utilizado por Marcela como um instrumento de trabalho obrigatório, pois faz parte das normas da escola (rede particular) em que ela trabalha. Nas escolas de rede privada, os professores se deixam dirigir exclusivamente pelo livro,

renunciando, desse modo, à sua autonomia e liberdade. Tudo fica a cargo da direção escolar, cabendo às docentes apenas obedecerem ao que é estabelecido. É a instituição quem determina o ritmo de trabalho, os instrumentos pedagógicos a serem usados, os horários, o salário, a avaliação etc.

No segundo caso, vê-se que o livro didático é um material bastante útil na resolução de exercícios para a professora Eliane. No entanto, as atividades apresentadas no livro *Porta Aberta – Alfabetização* (livro utilizado por Eliane) enfatizam a leitura como decodificação e a escrita como a reprodução dos textos estudados. São exercícios que não permitem que o aluno desenvolva a capacidade de refletir, analisar, questionar, elaborar, criticar e de compreender o mundo.

Verificamos que Eliane ensina aos seus discentes uma técnica de leitura apresentada no livro didático, não propiciando a eles um ensino voltado para o desenvolvimento de uma consciência crítica da realidade que os cerca. Tomando como base o trabalho de Bernstein (1996), afirmamos que a prática pedagógica tem uma lógica interna e é constituída por um conjunto de três regras: hierárquicas, de sequenciamento e criteriosas. Elas atuam seletivamente sobre o conteúdo. A regra hierárquica é a dominante e estabelece as condições para a ordem, o caráter e os modos de comportamento. Os papéis de transmissor e adquirente são muito bem definidos, criando as condições para as condutas desejadas para cada um na relação pedagógica.

As regras de sequenciamento definem a progressão da transmissão, ou seja, o que vem antes e o que vem depois, regulando o ordenamento temporal do conteúdo. Para Bernstein (1996, p.97), “se existe uma progressão, deve haver regras de sequenciamento”. Essas regras implicam regras de compassamento, ou seja, o tempo permitido para se cumprir as regras de sequenciamento. Nesse caso, o livro didático é o grande definidor dessas regras. Os conteúdos organizados no sumário não só definem o currículo, como também o tempo a ser destinado a cada um deles.

No terceiro caso, a professora Camila aponta que os livros didáticos são influentes nas propostas de atividades sugeridas, além de serem “um dos suportes didáticos” a ser utilizado em classe.

Em uma sala de aula é sempre bom se valer de várias fontes de informação e consulta que viabilizam o vínculo com o conhecimento produzido fora da escola, para que os alunos se situem no próprio meio. Seja qual for a situação de uso dos livros didáticos (como um recurso de apoio ou como grande definidor de conteúdos e métodos), os professores os têm presentes em maior ou menor intensidade. Desse modo, podemos afirmar que o livro ainda é bastante utilizado, seja na organização de conteúdos seja para selecionar exercícios e atividades, seja para preparar aulas; isto é, ele acaba se constituindo no portador do conhecimento educacional formal (BERNSTEIN, 1996).

Uma das principais críticas dirigidas ao livro didático é o fato de ele retirar de muitos professores sua liberdade

e autonomia para buscar novos materiais e atividades que desenvolvam o processo de ensino-aprendizagem. O ensino guiado pelo livro didático não disponibiliza essa variedade, ficando os alunos sem muita opção. Diante disso, os discentes acabam seguindo um padrão ditado pelo professor, numa relação característica da pedagogia visível (BERNSTEIN, 1996), em que a ênfase é no desempenho e no resultado, com base em um padrão externo, com regras reguladoras e instrucionais explícitas e um forte compassamento, como a Provinha Brasil, por exemplo. Neste caso, a educação não transforma e nem emancipa, apenas reproduz informações prontas.

Existem muitos docentes que encaram o LD como o único instrumento de trabalho, empregando-o diariamente, seja por questão de formação seja pela pouca experiência profissional, por condições do trabalho, entre outros fatores. É o caso, por exemplo, da professora alfabetizadora Marcela, que usa o livro didático sempre, devido às exigências da escola na qual trabalha:

Olha, eu sempre estou usando o livro, porque a gente, os professores, tem que dar conta de todo o conteúdo do material, porque isso será cobrado de nós, tanto pela diretora da escola quanto pelos pais, porque gastaram dinheiro comprando materiais. Então, ele tem que ser de fato usado, entendeu? Por isso, eu o utilizo sempre: para não ficar atrasada nos conteúdos. (Marcela)

Diante desta fala, fica claro que Marcela segue o manual na íntegra, como referencial básico de trabalho e sem qualquer crítica, porque existe cobrança por parte da escola (particular) e dos pais que pagaram o material didático. Então, seja o livro didático bom ou ruim, ela vai “ter” que dar conta dos conteúdos. Nessa fala as regras de sequenciamento (BERNSTEIN, 1996) ficam evidentes, pois o livro define os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula.

Apesar das grandes mudanças que ocorreram ao longo dos anos, ainda permanecem na escola ações, tarefas, regras que são ordenadas e hierarquizadas por determinados critérios. Nesse sentido, são muitas as escolas que veem nos livros didáticos a garantia para a aquisição dos saberes escolares, fazendo deles um instrumento indispensável para a aprendizagem. O livro, neste caso, passa a constituir o currículo de coleção, com conteúdos claramente separados um do outro, com forte classificação e enquadramento (BERNSTEIN, 1996). Por isso a formação docente para efetuar análise crítica do LD é tão importante.

Há, também, aquelas escolas que fazem uso do LD de forma mais comedida, nas quais os professores contam com outros materiais complementares para compor suas aulas: “Procuo sempre alternar a utilização dos materiais didáticos, oferecer diferentes atividades. Então, uso o livro em uma média de três vezes por semana” (Camila). Nesta fala, verificamos que o livro didático não é usado de modo integral, compartilhando sua presença com outros materiais didáticos, a fim de propor aos alunos atividades diferentes e, conseqüentemente, motivá-

los (dentre outras ações) no processo de ensino-aprendizagem.

Em outro caso, o livro é usado como uma complementação das aulas expositivas e explicações orais da professora: “Eu o uso sempre depois da explanação dos conteúdos a fim de que os alunos resolvam os exercícios” (Eliane). Assim, Eliane faz uso apenas dos exercícios e atividades propostas pelo livro. Contudo, como já referido, os exercícios do livro *Porta Aberta – Alfabetização*, manual utilizado por Eliane, são atividades que ensinam apenas uma técnica de leitura e escrita, não desenvolvendo nas crianças o senso crítico.

Diante dessas falas das alfabetizadoras, verificamos que, com maior ou menor frequência, o uso do livro didático permanece como uma ferramenta influente na prática de ensino das escolas. Muitos professores têm seu planejamento baseado no LD. São poucos os docentes que utilizam esse manual de forma crítica. Por isso a necessidade de os cursos de formação inicial e continuada terem o LD como objeto de investigação, pois para muitos professores o livro didático é a própria aula, seu planejamento é quase que exclusivamente calcado no manual, constituindo no único recurso utilizado no momento da atuação em classe. As professoras alfabetizadoras Eliane e Marcela, por exemplo, afirmam que os seus planos de aula são com base no livro didático, uma vez que este as auxilia na seleção dos conteúdos a serem trabalhados com a turma.

Meu plano de aula é baseado no livro didático, porque o livro me auxilia na seleção dos conteúdos a serem trabalhados com a turma. (Eliane)

Português eu sigo o livro, porque como são familinhas eu não posso dar uma família que esteja fora da ordem do livro, porque aí eu vou me atrapalhar e atrapalhar meus alunos, entendeu? Aí eu olho a família que vai ser trabalhada, porque as famílias silábicas, como você tá vendo aí, não são trabalhadas na ordem, aí dou o livro e depois reforço com atividades xerocadas. Mas, primeiramente o livro, porque se eu tiver atrasada em meus conteúdos, eu passo menos xerocadas e vou seguindo com o livro, entendeu? (Marcela)

Na fala de Marcela observamos que o livro didático não se constitui apenas como um importante recurso auxiliar ao seu trabalho, mas sim como algo que define sua atuação em sala de aula. O trabalho de Bernstein (1996) nos permite compreender que a professora utiliza o LD como mediador discursivo na interação entre os sujeitos que estão presentes no espaço da sala de aula, ou seja, o LD faz a ponte entre o discurso científico escolar e o discurso do cotidiano. Compreendendo o LD como mediador curricular, podemos afirmar que a intensidade com que ocorre a interação dos discursos (vertical-horizontal e vertical-vertical) contribui para que haja um currículo de coleção (forte isolamento e classificação entre os discursos vertical-horizontal) ou um currículo de integração. Na fala aqui analisada, a de Marcela, é evidente o currículo de coleção. Também evidenciamos um forte enquadramento, ou seja, as relações de controle da comunicação entre os sujeitos presentes principalmente pelo fato de que o LD assume o lugar de maior controle no processo de comunicação (seguir a sequência das famílias silábicas, por exemplo, pois é o

professor que tem o controle sobre a seleção dos conteúdos bem como a sequência de tarefas a serem executadas).

4 Conclusão

Diante dos pressupostos mencionados e pelas entrevistas aqui relatadas, observamos que o livro didático, seja como instrumento para orientar o trabalho, o conteúdo e a sequência desses conteúdos, seja para orientar as atividades de aprendizagem e a avaliação do ensino, ainda exerce grande influência na atuação dos docentes. E, é comum nas escolas brasileiras ser a única ferramenta disponível para a aprendizagem dos alunos.

Assim, selecioná-lo não é apenas escolher um auxílio para a prática pedagógica, mas também, um companheiro de jornadas. Por isso, é de suma importância que a escolha desse manual seja feita de forma criteriosa e bem fundamentada. Contudo, não foi o que se verificou nos depoimentos das alfabetizadoras entrevistadas. Ainda com base nas entrevistas, foi possível constatar que os livros didáticos podem anular o papel do docente em classe, dependendo muito da maneira como é utilizado.

Ao investigar como a comunicação pedagógica, por meio do LD, posiciona os indivíduos em uma sociedade organizada em classes, a perspectiva sociológica de Bernstein contribui para que as regras subjacentes às práticas pedagógicas e presentes na sala de aula sejam desveladas. O conhecimento da gramática do discurso pedagógico, por meio de suas três regras (distributivas, recontextualizadoras e avaliativas) contribui para entendermos como se processam as transformações do discurso quando este é transportado de um lugar para outro, ou seja, como o conhecimento científico se modifica ao ser transformado em conhecimento escolar presente no livro didático. Essas são questões importantes que precisam fazer parte do currículo de formação docente.

Após analisar um conjunto de livros de alfabetização recomendados e recomendados com ressalva, levantam-se algumas informações que precisam ser levadas em consideração, tais como: as novas dimensões postas ao trabalho do professor com as mudanças conceituais introduzidas no processo e nas teorias de alfabetização; o lugar e o papel do professor na relação pedagógica; a gestão do tempo na sala de aula, as diversidades presentes no espaço da sala de aula, o LD como um gênero discursivo, entre outras.

Alertamos para o fato de que essa demanda de reelaboração constante das atividades e do uso de materiais didáticos diferenciados elaborados conforme as necessidades específicas dos processos de aprendizagem dos alunos vem significar maiores responsabilidades e atribuições para o trabalho pedagógico. Isso, conseqüentemente, tem implicações no processo de alfabetização, no trabalho docente e nas práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. Por isso a importância da discussão do LD no interior dos cursos de formação docente, articulados aos elementos postos acima, no parágrafo anterior.

Por fim, podemos dizer que o LD funciona como um dos definidores do currículo. Essa é uma temática que demanda novas investigações baseadas em outros referenciais teóricos, principalmente em abordagens dos estudos culturais, das perspectivas pós-estruturais etc.

Referências

- ANDRADE, P.D.; COSTA, M.V. Usos e possibilidades do conceito de pedagogias culturais nas pesquisas em estudos culturais em educação. *Textura*, v.17, p.48-63, 2015.
- ALMEIDA, L.J.M. “Velhos problemas, novas questões”: uma análise dos discursos raciais na política nacional do livro didático. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Feira de Santana. Feira de Santana, 2013.
- ANDRÉ, T.C. *Usos do livro didático de alfabetização no 1º. Ano do ensino fundamental: um estudo etnográfico*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.
- APPLE, M. *Professores e textos*. Porto Alegre: Artmed, 1995.
- BATISTA, A.A.G. O processo de escolha de livros: o que dizem os professores? In: BATISTA, A.A.G.; VAL, M.G.C. (Org.). *Livros de alfabetização e de português: os professores e suas escolhas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- BERNSTEIN, B. *A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle*. Petrópolis; Vozes, 1996.
- BISOGNIN, A.G. *O processo de escolha das coleções de letramento e alfabetização linguística do Programa Nacional do Livro Didático*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2010.
- BITTENCOURT, C.M.F. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, C.M.F. *O saber histórico em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto n.91.542*, de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do livro didático. Brasília, 1985. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 out. 2015.
- CAVÉQUIA, M.A.P. *Livro didático de Língua Portuguesa: dizeres de professores*. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2011.
- COSTA, M.V. Currículo e política cultural. In: COSTA, M.V. (Org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- COSTA, M.V. *A educação na cultura da mídia e do consumo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- D'ÁVILA, C. *Decifra-me ou te devorarei: o que pode o professor frente ao livro didático?* Salvador: Eduneb, 2008.
- DEBONA, J.J.; RIBEIRO, R.R. Relações de gênero e livro didático de História: uma abordagem possível? *Educ. Fronteiras On-line*, v.4, n.11, p.126-143, 2014.
- FREITAG, B. et al. *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez, 1993.
- FREITAS, I. *História regional para a escolarização básica no Brasil: o livro didático em questão*. São Cristóvão: UFS, 2009.
- FTD. *Porta Aberta*. Material de divulgação ao PNLD 2013. Disponível em: <http://www2.ftd.com.br/hotsite/PNLD/2013/pdf/catalogos/1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.
- FURTADO, A.G.; OGAWA, M.N. Políticas públicas do livro didático e o Banco Mundial. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 2012. Caxias do Sul. *Anais...Caxias do Sul: UCS*, 2012.
- GRANVILLE, M.A. O discurso pedagógico dos livros didáticos da década de sessenta: reflexos ou reproduções das políticas públicas de educação da época? In: JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS DO DISCURSO, 1., 2008. Maringá. *Anais... Maringá: UEM*, 2008.
- LAJOLO, M. Livro didático: um (quase) manual de usuário. *Em Aberto*, v.16, n.69, p.3-9, 1996.
- LOPES, A.R.C. O livro didático nas políticas de currículo. In: PEREIRA, M.Z.C.; MOURA, A.P. (Org.). *Políticas e práticas curriculares: impasses, tendências e perspectivas*. João Pessoa: Ideia, 2005.
- MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- MORAIS, A.M. Basil Bernstein at the micro level of the classroom. *Br. J. Soc. Educ.*, v.23, n.4, p.559-569, 2002.
- MORENO, M. *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. São Paulo: Moderna, 2003.
- MONTEIRO, D.F.C. *Indígenas e iconografia didática: a imagem dos índios nos manuais de história do PNLD*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- MUNAKATA, K. O livro didático: alguns temas de pesquisa. *Rev. Bras. Hist. Educ.*, v.12, n.3, p.179-197, 2012.
- OLIVEIRA, W.S. A imagem da mulher nos livros didáticos e as relações de gênero. *Fórum Identidade*, v.9, p.139-148, 2011.
- PINTON, J.C. *O uso do livro didático de letramento e alfabetização no 1º ano do ensino fundamental*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013.
- SILVA, A.C. *A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?* Salvador: EDUFBA, 2011.
- SILVA, M.A. A fetichização do livro didático no Brasil. *Educ. Realidade*, v.37, n.3, p.803-821, 2012.
- SILVA, M.D.; MAGALHÃES, L.M. A (não)formação linguística do professor alfabetizador. *Cad. CNLF*, v.25, n.5, p.1362-1372, 2011.
- TEIXEIRA, R.F.B. *Relações professor e livro didático de alfabetização*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.
- TEIXEIRA, I.A.C. Por entre planos, fios e tempos: a pesquisa em Sociologia da Educação. In: ZAGO, N.; CARVALHO, M.P.; VILELA, R.A.T. (Org.). *Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- UESB Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia*. Vitória da Conquista: UESB, 1997.
- WORTMANN, M.L.; COSTA, M.V.; SILVEIRA, R.M.H. Sobre a emergência e a expansão dos Estudos culturais em educação no Brasil. *Educação*, v.38, p.32-48, 2015.